

<b>Recebido:</b>	<b>28/02/2022</b>
<b>Aceito:</b>	<b>21/03/2022</b>

## VESTUÁRIO ENQUANTO CONSTITUINTE DA PERSONALIDADE: PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL E FEMINISMO MARXISTA

**Lorena Gonzales Donadon Leal<sup>i</sup>**  0000-0002-5229-9951

Universidade Estadual de Maringá - UEM

**Adriana de Fátima Franco<sup>ii</sup>**  0000-0002-2727-1367

Universidade Estadual de Maringá - UEM

**RESUMO:** De acordo com a Psicologia Histórico-cultural, a personalidade é construída a partir das relações históricas e sociais estabelecidas desde o início da vida, a partir de determinações e condições objetivas de vida que resultam em diferentes expressões do psiquismo. Na sociedade atual é comum a compreensão naturalizada de personalidade, assim, diferenças biológicas tornam-se justificativa para explorações e opressões. Na sociedade capitalista, a divisão de gênero gera uma hierarquia, de forma que o masculino é tido como superior ao feminino e o vestuário caracteriza externamente os valores simbólicos do grupo que se participa. O objetivo dessa pesquisa é estudar como a vestimenta contribui para a construção de gênero ao longo da história na sociedade patriarcal e como se

apresenta na contemporaneidade. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que tem como eixo central a constituição da personalidade e do gênero. Como resultados compreende-se que o desenvolvimento humano é produto do processo social de trabalho seguindo as leis biológicas e as leis socio-históricas. A personalidade, atrelada à atividade e à consciência, é categoria fundante da constituição da humanidade e contém suas próprias particularidades reguladoras. O gênero é uma construção social que divide a sociedade em homens e mulheres baseando-se em supostas diferenças biológicas, impondo aos indivíduos modos específicos de pensar e agir. Tal imposição só é possível a partir de processos de socialização, tendo a vestimenta como importante ferramenta, visto que é usada como materialização da cultura.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicologia histórico-cultural. Personalidade. Vestimenta e gênero.

### CLOTHING AS A CONSTITUENT OF PERSONALITY: HISTORICAL-CULTURAL PSYCHOLOGY AND MARXIST FEMINISM

**ABSTRACT:** According to cultural-historical psychology, personality is built up through historical and social relations established early in life, following objective conditions and determinations, resulting in different expressions of the psyche. Nowadays, it is common to have a naturalized understanding of personality, and therefore, biological differences are used to justify exploitation and oppression. In a capitalist society, gender division generates hierarchy in a way that masculinity is understood as superior to femininity, and clothing shows externally ingroup symbolic values. This research objective is to study how clothing contributes to gender construction throughout history in patriarchal societies and how it is in current

times. The constitution of gender and personality serves as a central axis in this bibliographical research. As its result, it is understood that human development is a labor-social process product, following biological and socio-historical laws. Personality, linked to activity and consciousness, is the cornerstone of the human constitution, and it contains its own regulatory specificities. Gender is a social construct that divides society into men and women based upon supposed biological differences, forcing upon individuals certain ways of thinking and acting. This imposition is only possible through the socialization process, having clothing as an important tool and seeing that clothing is a form of cultural materialization.

**KEYWORDS:** Cultural-historical psychology. Personality. Clothing and gender.

## 1 Introdução

A personalidade é um tema recorrente nos estudos da Psicologia, sendo investigada de diversas formas ao longo do tempo e, muitas vezes, acaba reduzida a uma noção biológica, sociológica abstrata, cultural. A Psicologia Histórico-Cultural, ao utilizar-se do método materialista histórico-dialético, entende a personalidade como produto social, constituída durante o processo de desenvolvimento do sujeito. De acordo com Leontiev (1978b), o sujeito surge apenas como ser dotado de propriedades e potencialidades inatas e é por meio das relações sociais que se converte em personalidade. Esta não é algo preexistente em relação a atividade, mas é formada a partir dela. Vale destacar que, para o autor, personalidade é diferente de individualidade, visto que individualidade é uma característica de todo ser vivo e diz respeito às particularidades do ser específico, resultante do desenvolvimento filo e ontogenético em determinadas condições externas. Já a personalidade só é possível para seres humanos, a partir de certo estágio do desenvolvimento:

A personalidade é uma formação humana especial que não pode ser inferida de sua atividade adaptativa da mesma forma que a consciência ou as necessidades humanas não podem ser inferidas da personalidade. De acordo com a consciência do homem, tais serão suas necessidades (Marx disse: *produção* da consciência, *produção* das necessidades); também a personalidade do homem “é produzida”, ou seja, é criada pelas relações sociais que engaja o indivíduo em sua atividade. O fato de que, ao mesmo tempo, se vão transformando e mudando também algumas de suas peculiaridades como indivíduo não constitui a causa, mas a consequência da formação de sua personalidade (LEONTIEV, 1978b, p. 138, tradução nossa).

Os autores da Psicologia Histórico-Cultural explicam o processo do desenvolvimento do psiquismo e da consciência humanizada a partir das atividades. Desde o momento em que o sujeito nasce, suas funções são guiadas por suas necessidades, sejam elas orgânicas ou sociais, conforme ele cresce, essas necessidades mudam e, com isso, suas atividades também. Nesse processo de constituição do psiquismo, constrói-se também a personalidade. Considerando, então, a atividade como determinante para esse desenvolvimento, entende-se que, em uma sociedade dividida por classes, gênero e etnias, as atividades realizadas não são postas da mesma forma para todas as pessoas, logo as personalidades se constituem em condições diferentes para cada grupo social, resultando padrões diferentes de personalidades. Souza (2006), ao falar sobre a sociedade patriarcal (característica imprescindível da sociedade

capitalista), mostra que essa diferença da formação da personalidade se dá muito claramente na criação de meninas e meninos:

Essa plasticidade, ao nascer, se junta à imaturidade e à grande dependência do/a outro/a, do/a adulto/a, de forma que um/a adulto/a detecta o sexo da criança, a reconhece como tal, registra-a e faz com que ela se ajuste aos modelos definidos pela sociedade, na qual ambos estão incluídos. O parâmetro que guia a transformação da criança em homem ou mulher é um modelo construído não só no que se refere ao aspecto físico, mas também aos interesses que desenvolve, a forma como vê o mundo, o tipo de relações que estabelece, os sentimentos que nutre, a profissão. Se a pessoa aceita o papel que a sociedade lhe oferece, internalizando-o, exigirá do seu corpo o que a sociedade lhe dita, modelará e desenvolverá um corpo desigual e com distintas capacidades de um corpo do outro sexo da mesma sociedade. Torna-se o corpo, assim, uma construção social e cultural, sendo que a estatura, o peso, a força e demais características de uma fêmea são mais próximas de um macho da mesma cultura do que de uma fêmea de outra cultura (SOUZA, 2006, p. 132-133).

Essa diferença na formação de sujeitos de cada um dos sexos, gerando então as diferenças de gênero, se relaciona diretamente com a diferenciação das atividades por meio da divisão de responsabilidade no processo de produção social da existência. Nesse caso, ainda segundo a autora, a esfera atribuída ao gênero feminino é a doméstica, cabendo a responsabilidade de produção e reprodução da vida humana e, conseqüentemente, da força de trabalho. Já ao gênero masculino fica estipulada a esfera pública, ligada à transcendência, ou seja, as atividades como a arte, política, filosofia e trabalho. Contudo, essas diferenças colocadas no sistema patriarcal capitalista tornam-se desigualdades, formando uma hierarquia, segundo a qual um gênero (masculino) torna-se superior ao outro (feminino).

Assim, é preciso compreender que a subjetividade se relaciona também com a sua posição na sociedade de acordo com o seu gênero, entendendo que, dependendo da forma como o indivíduo é classificado dentro da hierarquia, suas condições externas e os resultados esperados serão diferentes. A partir do momento em que o sujeito é colocado em dada posição, sua personalidade é moldada por ela. A atuação social torna-se psiquismo quando é internalizada pelos sujeitos, os significados tomam sentidos pessoais únicos, mas ligados com a materialidade que os produziu. Esses sentidos são exteriorizados em forma de ação e vividos como se fossem uma autocriação, ou seja, cada indivíduo internaliza e reproduz as normas sociais acreditando serem fruto da sua própria intenção e subjetividade. Uma dessas normas sociais é o código de vestimenta:

Sendo uma das mais evidentes marcas de status social e de gênero – útil, portanto, para manter ou subverter fronteiras simbólicas –, o vestuário constitui uma indicação de como as pessoas, em diferentes épocas, veem sua posição nas estruturas sociais e negociam as fronteiras de status (CRANE, 2006, p. 21).

Dessa forma, é necessário estudar como a construção de gênero na sociedade patriarcal faz uso do vestuário, que pode ser considerado um instrumento para divisão social, caracterizando externamente os valores simbólicos do grupo que se participa. Diana Crane (2006) explica que desde séculos anteriores itens da indumentária eram utilizados para demarcação social no espaço público, caracterizando diferentes cargos ou posições sociais. Contudo, após a industrialização do ocidente, classe e gênero passam a ser os componentes mais importantes:

À medida que as sociedades ocidentais se industrializaram, o efeito da estratificação social nos usos de vestuário se transformou. A expressão de classe e gênero passou a ter prioridade sobre a comunicação de outros tipos de informação social. A essência da estratificação social nas sociedades industriais pode ser compreendida em termos de hierarquia entre as ocupações, sendo a ocupação um indicador de controle sobre a propriedade e outros recursos econômicos (CRANE, 2006, p. 25).

De acordo com a autora, as roupas expressam as maneiras como mulheres e homens consideram seus papéis de gênero na sociedade. Assim, nos diferentes períodos da história mudam as posições sociais de cada gênero e mudam também as formas de se relacionar com a moda. Crane (2006), quando estuda o significado social das roupas, entende que elas têm a capacidade de impor identidades<sup>iii</sup> sociais, agindo de duas formas: controlando como camisa de força, restringindo movimentos ou na forma de uniformes classificando sujeitos de modo mais voluntário; mas também possuem outros significados que podem ser manipulados ou reconstruídos para acentuar o senso pessoal de influência. A autora apresenta um exemplo dessa relação ao tratar da moda feminina:

A moda sempre estabeleceu uma pauta social para as mulheres, e as maneiras de vestir-se são sempre motivadas socialmente. No século XIX, essa pauta era conservadora, calcada numa concepção amplamente aceita dos papéis femininos. Nas décadas de 1920 e 1960, a pauta da moda revelou-se mais progressista para as mulheres ao reformular sua aparência em consonância com as mudanças ocorridas em seus papéis sociais e no restante da sociedade. Hoje em dia, a moda tem pautas diversificadas e contraditórias, indo de representações que refletem sadomasoquismo e pornografia a descrições das mulheres como poderosas e andróginas. Isso levanta a questão de como e em que medida as mulheres percebem as várias pautas sociais ligadas às roupas

na imprensa de moda, e em que grau aceitam ou rejeitam essas imagens como significativas para a construção de sua própria aparência (CRANE, 2006, p. 53).

No século XX, com os trabalhos de autores como Michel Foucault e Judith Butler, as noções fixas de identidade de gênero começam a desaparecer e passa-se a teorizar sobre a construção social dessas diferenças. É necessário compreender a constituição do gênero na sociedade capitalista da forma histórica em que ela ocorre, e não de maneira inata. Isto posto, essa pesquisa pretende estudar essa questão entendendo as singularidades do sujeito e como a personalidade se expressa, entre outras formas, pela vestimenta em meio aos determinantes histórico-sociais. Tal compreensão permite desalienar-se perante tais instrumentos do capitalismo enfrentando as determinações postas por esse sistema.

## **2 Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, tendo como eixo central a constituição da personalidade e do gênero na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural. Para tanto, foram estudadas obras clássicas e obras contemporâneas. A partir do estudo foram construídos 3 eixos de análises: a constituição da personalidade na Psicologia Histórico-Cultural, o gênero na sociedade capitalista e a moda na sociedade capitalista.

## **3 Resultados e discussão**

### **3.1. A constituição da personalidade na Psicologia Histórico-Cultural**

A Psicologia Histórico-Cultural entende a personalidade “enquanto instância psíquica em constante transformação, vinculada à dinâmica da atividade vital concreta que o homem realiza” (SIMIONATO, 2018, p. 97). Leontiev (1978a), ao falar sobre o desenvolvimento do ser humano, explica que este é produto do processo social de trabalho, seguindo duas espécies de leis: as biológicas, que permitiram a adaptação dos órgãos às condições e necessidades do trabalho; e as leis socio-históricas, as quais regem o desenvolvimento da própria produção. Segundo o autor, o homem cultural possui todas as propriedades biológicas necessárias ao seu desenvolvimento sócio-histórico, de forma que não necessita mais de mudanças biológicas

hereditárias, libertando-se, assim, do que ele chama de despotismo da hereditariedade, afastando-se cada vez mais do mundo animal (LEONTIEV, 1978a).

Nesse contexto, a cultura material e intelectual surge com a sociedade como forma de fixar as novas aquisições do indivíduo para que estas sejam transmitidas de geração em geração. Tal característica se deve ao fato de o ser humano ter o trabalho como atividade fundamental, criadora e produtiva (LEONTIEV, 1978a). Segundo Martins (2007, p. 41): “[...] a atividade vital humana é que garante a existência não só da vida individual mas de toda a sociedade que a sustenta”. A autora ainda explica que tal atividade não é determinada casualmente, mas por um projeto ideal que, a partir da sua finalidade, regula seus diferentes atos. Assim, para uma ação ser considerada verdadeiramente humana é preciso que pressuponha a consciência de uma finalidade precedente à transformação concreta da realidade, portanto “a atividade vital humana é ação material consciente e objetiva, ou seja: é a práxis” (MARTINS, 2007, p. 42). Segundo Simionato (2018):

A atividade é a primeira e mais importante das categorias de humanização do homem e, nesta perspectiva, constitui-se como objeto de estudo de destaque na psicologia, não como uma parte ou elemento, mas como função formadora da própria consciência humana. A atividade constitui a substância da consciência humana e, nessa medida, é condição e expressão do reflexo psíquico (SIMIONATO, 2018, p. 102).

Vale destacar que a consciência não se configura como instância abstrata ou isolada, mas, de acordo com Simionato (2018), como processo que tem seu movimento real na atividade do sujeito, que depende de seu lugar na sociedade e das condições em que ela se realiza. A formação da consciência e, conseqüentemente, da personalidade se dá, de acordo com Martins (2007), no metabolismo homem-natureza.

Compreende-se assim a visão da Psicologia Histórico-Cultural da personalidade como categoria fundante da constituição da humanidade atrelada à atividade e à consciência. Entende-se por atividade a unidade central da vida do sujeito concreto, assim explicado por Leontiev (1983 *apud* Asbahr, 2011), estruturada por motivos, ações e operações. Já a consciência, os autores indicam, é composta pelos significados sociais e sentidos pessoais do sujeito em questão. O fluxo se dá de forma que as atividades são impulsionadas pelos motivos, que desprendem as ações em forma de processos subordinados a objetivos conscientes e, por fim, as operações que estão condicionadas à materialidade concreta para o cumprimento do objetivo.

Elkonin (1969), apresentado por Simionato (2018), explica que na construção da personalidade existem particularidades que devem ser consideradas, que se formam em

dependência das condições objetivas de vida e do trabalho educativo que se faz com as crianças, reiterando o fato de que é a atividade humana objetivada que embasa o desenvolvimento da personalidade, dizendo que sua formação não é condicionada genotipicamente. Dessa forma, entende-se que os diferentes tipos de atividades realizados formam e transformam as qualidades psíquicas e particularidades individuais de cada indivíduo (SIMIONATO, 2018).

Para compreender, portanto, a personalidade é preciso levar em conta as atividades reais do sujeito no seu contexto histórico-social, mas também suas particularidades individuais como seus reguladores. Nesse sentido, Simionato (2018) elucida sobre tais reguladores, começando pelas emoções que são definidas como vivências afetivas simples, relacionadas a satisfação ou insatisfação de necessidades orgânicas.

Petrovski (1981) também aparece como referência que Simionato (2018) trabalha para assinalar a relação entre as emoções e os pensamentos do homem, tratando-as como facilitadoras ou inibidoras para a solução de problemas, dependendo de seu aspecto positivo ou negativo frente a diferentes situações. Já os sentimentos são entendidos como criações históricas e sociais especificamente humanas, aprendidos por transmissão cultural, relacionados também à satisfação ou insatisfação das necessidades pessoais do indivíduo provocando estados emocionais positivos ou negativos (SIMIONATO, 2018).

É preciso, ainda, considerar as particularidades da personalidade como unidades intervenculadas identificadas pela autora, apoiada em Petrovski (1985), como sendo o temperamento, capacidades, caráter, além do conjunto de sentimentos, emoções e motivos que permeiam a atividade do sujeito em questão. Dentre elas, Simionato (2018) explica a importância do temperamento por ser responsável pela conferência de tónus, fluxo, vivacidade e ritmo a constituição e expressão da personalidade. Nas palavras de Merlin (1981):

[...] por propriedades do temperamento, entendemos aquelas propriedades do psiquismo individualmente estáveis que determinam a dinâmica da atividade psíquica do homem, as quais permanecem relativamente constantes frente a diferentes conteúdos, motivos e fins da atividade e constituem a estrutura que caracteriza o tipo de temperamento (MERLIN, 1981 *apud* Simionato, 2018, p. 125).

Simionato (2018) também se utiliza de Leontiev (1969) e Merlin (1981) para explicar que a base fisiológica do temperamento é a força, o equilíbrio e a mobilidade dos processos nervosos superiores, ou seja, o tipo de atividade nervosa superior. Os autores assinalam que os elementos biológicos não são os únicos determinantes da atividade psíquica, é preciso levar em

conta os motivos geradores da atividade e o estado psíquico do indivíduo perante os estímulos do meio (SIMIONATO, 2018).

Segundo os autores, as propriedades do temperamento são constantes no decurso da vida e suas diferentes propriedades não são combinadas casualmente, mas estão relacionadas entre si e às leis objetivas, constituindo organizações e estruturas. Outros autores apresentados por Simionato (2018) também tratam do temperamento, como Leites (1969), que define o temperamento como a manifestação na conduta e na atividade do tipo de atividade nervosa superior (SIMIONATO, 2018).

Tendo em vista essas considerações sobre o temperamento, percebe-se que este não tem todas as suas características definidas no nascimento, mas que elas se manifestam gradualmente dependendo de um processo de maturação do mesmo. Tal processo é o que permite melhor adaptação à realidade. Isso significa que o temperamento não é imutável, mas, de acordo com as influências das condições objetivas de vida e da atividade realizada pelo indivíduo, pode se transformar (SIMIONATO, 2018). De acordo com a autora:

Isso quer dizer que, apesar das características de constituição do temperamento, ele não pode, absolutamente, ser identificado como uma predeterminação do indivíduo, posto que todos os indivíduos, qualquer que seja o tipo de temperamento, podem desenvolver qualidades humanas outras. Significa que o temperamento apenas põe em destaque a base constitucional inata da personalidade, mas os processos nervosos superiores são somente um dos fundamentos naturais que diferenciam uma pessoa das outras. [...] na prática das interações cotidianas, o temperamento traduz-se como atividade nervosa cujas características se expressam no indivíduo sob a forma de ansiedade, irritabilidade, impulsividade, entusiasmo, parcimônia, recolhimento, etc (SIMIONATO, 2018, p. 133).

Simionato (2018) indica as capacidades como o segundo conjunto de qualidades da personalidade do ser humano, que dizem respeito a um sistema de atividade psíquica relacionada a atividade com a finalidade de atender as necessidades do sujeito. Ela se desenvolve a partir de condições psíquicas referentes a como realizar uma atividade específica e permitem que novas apropriações e objetivações aconteçam. A autora declara que

Diante de novas situações ou novos objetos, o indivíduo embasa seu comportamento nos conhecimentos e hábitos que já possui, transferindo-os/transladando-os para a execução dos procedimentos da atividade que se apresenta, em conformidade com os fins desta atividade (SIMIONATO, 2018, p. 136).

Por fim, a autora apresenta o conceito de caráter como reações de resposta que se tornam traços mais ou menos estáveis na relação do sujeito com o ambiente, se firmando na estrutura da personalidade como sistemas resultantes do reflexo psíquico da realidade. É preciso destacar que o caráter não é a soma de traços isolados, mas uma unidade constituída por inter-relações e influências mútuas entre eles, sendo essas unidades a estrutura do caráter (MARTINS, 2001 *apud* Simionato, 2018).

Segundo Merlin (1981 *apud* Simionato, 2018), a estrutura do caráter é determinada tanto pela singularidade das emoções do sujeito em situações específicas, quanto pela característica individual do modo de realizar a atividade concreta do sujeito em cada momento, ou seja, “é na confluência da singularidade emocional do indivíduo com os métodos a que este recorre para realizar sua atividade que se expressam seus traços de caráter” (SIMIONATO, 2018, p. 141). De acordo com Simionato (2018), são nas situações adversas da realização da atividade que o caráter é posto à prova. Reforça-se a ideia de que o caráter é a propriedade da personalidade que mais conserva a natureza social, o que Martins (2001 *apud* Simionato, 2018) enfatiza ao afirmar que:

[...] (o caráter) possui uma dimensão ideológica fundada em ideais, convicções, valores, etc., posto que da ideologia apropriada pelas pessoas derivará os princípios pelos quais orientarão seus atos, bem como o reforçamento social obtido por eles. Os traços de caráter se formam na relação mútua do indivíduo com o meio, ou seja, unicamente na coletividade que institui os modelos de reações às circunstâncias e os parâmetros para a auto-análise, enfim, fornece os pontos de orientação pelos quais as pessoas conduzem seus comportamentos e pelos quais regem a própria vida (MARTINS, 2001 *apud* Simionato, 2018, p. 144).

Compreendendo os diversos aspectos da personalidade, cabe questionar o que é o gênero e qual o papel que ele ocupa na constituição desta. Essa questão será discutida a seguir.

### 3.2. O gênero na sociedade capitalista

O feminismo marxista, defendido por Maria Izquierdo, explica o gênero como uma construção social baseada nas diferenças biológicas entre homens e mulheres, de forma que o sexo representaria os aspectos anatômicos e fisiológicos gerando machos e fêmeas e o gênero os aspectos psíquicos e sociais, resultando em seres femininos e masculinos. A soma do sexo

fêmea com o gênero feminino origina a mulher enquanto o sexo macho com o gênero masculino origina o homem (IZQUIERDO, 2013).

Izquierdo (2013) explica que, dentro desse sistema, o que transforma as pessoas em homens e mulheres é a submissão às regulamentações de gênero, qualquer desobediência a essas regras torna-o problemático. Segundo a autora, mulher e homem não existem antes das relações sociais, e um requer a existência do outro, sendo a conduta adotada pelos indivíduos dependente direta do processo de socialização deles. Isso fica bastante claro na diferença adotada na educação de meninos e meninas, visto que desde que nasce o bebê já se prepara a decoração do quarto, brinquedos e roupas de acordo com o gênero. Nas palavras da autora “É como se temessem que se não tivessem cuidado, os meninos poderiam acabar afeminando-se e as meninas masculinizando-se” (IZQUIERDO, 2013, p. 19, tradução nossa).

De acordo com a autora, a existência dos gêneros deve ser compreendida como uma ditadura por dois motivos: por considerar apenas duas formas de existência e por impô-las aos indivíduos. Portanto, o que se considera como aspectos individuais das pessoas são na verdade a imposição de modos específicos de pensar e agir e não a expressão de suas vontades ou capacidades (IZQUIERDO, 1992 *apud* Corbelo, 2019). Assim, a sociedade capitalista utiliza o conceito de gênero para justificar a divisão sexual do trabalho ao “sexualizar” as tarefas necessárias à produção da vida, posto que essencializa o gênero naturalizando a desigualdade entre os sexos (CORBELO, 2019). As autoras afirmam que:

Compreendemos, então, que mulheres e homens não são categorias eternas, objetos de estudo em si mesmos, ao contrário, são resultados da desigualdade sobre os sexos que há na sociedade dividida em gêneros. Essa, portanto, é a categoria chave para desenvolver os estudos de gênero sem abstraí-los da materialidade (Izquierdo, 1988) (CORBELO, 2019, p. 35).

Corbelo (2019) elucida que a divisão da humanidade em feminino e masculino vai além de uma distribuição não valorativa das características humanas, criando uma dependência de um gênero ao outro, uma hierarquia fundada no patriarcado. Mulheres e homens, ao serem definidos enquanto gênero, ocupam lugares distintos na sociedade independente de suas vontades individuais, como se essa divisão fosse natural. Tal hierarquia mantém a mulher como responsável pela reprodução da força de trabalho, com tarefas restritas à esfera privada, enquanto o homem se ocupa da vida pública (CORBELO, 2019).

Souza (2006) também contribui com essa teoria:

Ao separar esses mundos, valorizando moralmente o mundo da produção e tornando o mundo da reprodução ideologicamente desvalorizado, o capital garante a produção e a reprodução, quando divide ao meio a classe trabalhadora, entre homens e mulheres, e não remunera as tarefas de reprodução, que, para ele, são essenciais, apesar de não gerarem valor. De quebra, ao dividir o mundo da exploração (que se dá no local do trabalho) do mundo da opressão (que se dá nas relações privadas, de gênero, etnia), obtém considerável ganho. Aparentemente, inverte-se essa realidade, a opressão no centro de tudo, cujo combate encanta toda uma geração de pesquisadores e atores sociais, que, ao errarem no diagnóstico (da opressão como antecedendo em importância a exploração), erram, também, nas estratégias de enfrentamento – o que dá mais fôlego ao capital (SOUZA, 2006, p. 105).

Para a autora, o gênero é uma construção social intermediada pela intersubjetividade, o que significa que é um conjunto de características atribuídas a corpos biológicos de machos e fêmeas que se transformam de acordo com características históricas, perpassando desde a materialidade da sobrevivência (alimentação e funções fisiológicas), ao modo de se vestir, a biologia e até a questão afetiva (SOUZA, 2006). A autora recorre a Vigotski para afirmar que as funções psicológicas não são diferentes para cada gênero, mas que as determinações sociais se constroem e se mantêm de tal forma que fortalecem funções relacionadas a afetividade, por exemplo, nas mulheres, e a racionalidade nos homens. Assim, as diferenças parecem biológicas e se cristalizam como naturais o que significa, nas palavras da autora, “que **a gênese da consciência é social, mas construída sobre uma base biológica** e que ocorre por meio da intersubjetividade anônima e face a face” (SOUZA, 2006, p. 116, grifos da autora).

No sistema sexo/gênero, o corpo é a primeira base que fundamenta a divisão da sociedade em machos e fêmeas, organizando-a de forma que, desde o nascimento, as crianças são moldadas ao padrão definido pela sociedade para o seu sexo biológico. Nesse contexto, não só o aspecto físico é guiado por esse parâmetro, mas também os interesses desenvolvidos, a forma de ver o mundo e o tipo de relações que estabelece. Souza (2006) ainda diz que, se a pessoa aceita o papel oferecido pela sociedade, precisará modelar seu corpo segundo as características previstas, distintas de um indivíduo do outro sexo, de forma que o próprio corpo se torna uma construção social e cultural, sendo que uma mulher e um homem de uma mesma cultura tem características físicas mais parecidas do que duas mulheres de culturas diferente (SOUZA, 2006).

Algumas correntes feministas acreditam que as questões de gênero podem ser solucionadas sem a superação da propriedade privada. Contudo, de acordo com Lessa (2012), isso não é possível porque, apesar da opressão sofrida pelas mulheres ocorrer em todas as

classes sociais, a questão feminina não pode ser apartada da relação com as classes sociais, o Estado e a propriedade privada.

Segundo Lessa (2012) essa redução das alienações à questão de gênero fez com que o capital pudesse se modificar da forma necessária para manter seu funcionamento, ampliou a exploração das mulheres no mercado de trabalho exigindo delas processos de individuação diferentes de períodos anteriores e transformou as possibilidades de organização familiar. Essas possibilidades, contudo, são obstáculos ao desenvolvimento dos indivíduos, reproduzindo e reforçando a concorrência e o individualismo. Dessa forma, ainda que se alcance a igualdade jurídico-formal entre os gêneros, não se soluciona a alienação (LESSA, 2012).

Mészáros é apresentado por Lessa (2012) por trazer análises interessantes sobre a sociedade burguesa e condições vividas na antiga URSS e organizações comunistas. A partir delas, Mészáros analisou os avanços das lutas de gênero demonstrando que estas foram absorvidas pelo sistema do capital resultando em legitimadoras ideológicas da totalidade do sistema por não passarem de críticas parciais a ele (LESSA, 2012):

Devido ao aprofundamento das contradições do sistema como um todo e à abertura da “crise estrutural” (a produção destrutiva), foi preciso adaptar e modificar a “estrutura familiar” às necessidades de incorporação ao mercado de uma força de trabalho feminina cada vez maior. Isso traz à tona naturalmente a questão da igualdade entre homens e mulheres. A maior participação de mulheres nos postos de poder, o direito ao voto, as leis contra a violência doméstica (e muito mais) são modificações originadas das próprias necessidades do capital. Contudo, os “imperativos” materiais do sistema são tão avassaladoramente predominantes que, por esses ganhos, as mulheres não se aproximam de um estágio emancipado. Pelo contrário, veem suas condições objetivas de vida em processo de degradação (LESSA, 2012, p. 90).

Para Mészáros (2002 *apud* Lessa, 2012, p. 90), os avanços percebidos na questão de gênero são, na verdade, uma “manifestação do aprofundamento da crise e da intensificação das alienações”. A partir disso pode-se compreender o que Souza (2006) aponta como solução para a desigualdade de gênero. Apoiada em Izquierdo, a autora identifica que o sistema sexo/gênero não se baseia na complementaridade, mas numa relação hierárquica de dependência e que o conceito de gênero possui caráter materialista e conflitivo, baseado em categorias contrapostas e excludentes. Portanto, a solução seria o desaparecimento das diferenças de gênero, considerando-se apenas as características individuais, no sentido de preparação e interesses para determinadas atividades. Assim “o denominado como masculino e feminino seria patrimônio de qualquer indivíduo, independente do sexo a que pertença.” (SOUZA, 2006, p. 136).

Compreendendo que o gênero nada mais é que uma construção social baseada em aspectos biológicos e suportada por comportamentos e modos de ser ditados pela sociedade, a próxima sessão apresentará o papel da moda nessa divisão.

### 3.3. A moda na sociedade capitalista

O termo moda, como Calanca (2008 *apud* Linke, 2013, p. 90) apresenta, refere-se ao “fenômeno social da mudança cíclica dos costumes e dos hábitos, das escolhas e dos gostos, coletivamente validado e tornado quase obrigatório”. Diz respeito à conduta de um grupo social, seu comportamento, formado por um conjunto de elementos. Nesse contexto, a roupa assume mais do que a função de cobrir o corpo, é usada como materialização da cultura, expressando símbolos culturais e identificando grupos, gêneros e papéis sociais. Segundo Lipovetsky (2010, *apud* Linke, 2013), a partir da apropriação dos signos que compõem a roupa pelo sujeito, ela é usada para a construção da individualidade.

A trajetória das normas de vestuário, a partir da Revolução Industrial, é marcada pela transformação do consumo das roupas pelos diferentes estratos da sociedade. Nos séculos anteriores, artigos de vestimenta eram produtos muito caros, de forma que apenas os mais ricos possuíam mais de um conjunto de roupas para o uso diário. A revolução gera novos modos de produzir e, dessa forma, novos modos de consumir. Para a autora:

À medida que as sociedades ocidentais se industrializaram, o efeito da estratificação social nos usos de vestuário se transformou. A expressão de classe e gênero passou a ter prioridade sobre a comunicação de outros tipos de informação social. A essência da estratificação social nas sociedades industriais pode ser compreendida em termos de hierarquia entre as ocupações, sendo a ocupação um indicador de controle sobre a propriedade e outros recursos econômicos (CRANE, 2006, p. 25).

Até 1875, a moda era bastante restrita, difundida principalmente na classe alta, enquanto a classe operária respondia às necessidades, fazendo com que suas peças de roupa durassem o máximo de tempo possível, passando inclusive de pai para filho. Depois desse ano, devido a industrialização, a posição relativa dos estratos da classe operária muda e trabalhadores não qualificados passam a ter renda de classe média baixa, demonstrando grande interesse pelos costumes dessa classe e consumindo roupas e revistas de moda (CRANE, 2006). Contudo, Crane (2006) defende que, por mais que as camadas mais baixas da sociedade tentassem copiar o estilo da classe dominante, as condições econômico-sociais não permitiam uma cópia mais

do que superficial de tais tendências. Isso porque o uso de certos elementos de vestimenta tinha um significado cultural simbólico que só podia ser apreendido dentro de espaços culturais específicos que não eram acessíveis para pessoas da classe operária.

Apesar de parte da classe operária conseguir copiar o estilo de vestir das classes mais altas, é importante notar que as mulheres eram responsáveis pelas tarefas domésticas, gerenciamento do lar e socialização dos filhos. Dessa forma, as que cumpriam suas atividades apenas dentro do lar tinham pouca oportunidade de conhecer e se aproximar dos estilos dominantes, obstáculo que era mais facilmente ultrapassado pelos homens, que faziam parte da vida pública (CRANE, 2006).

Além disso, outros dois fatores dificultavam a adoção desses estilos por mulheres casadas da classe operária. Um deles era o fato de o orçamento familiar ser administrado por ela priorizando o bem-estar da família como um todo, de forma que o vestuário dos homens se tornava mais importante do que os delas próprias, que passavam a maior parte do tempo dentro de casa. O outro era a praticidade necessária nas roupas do dia-a-dia, visto que essas mulheres precisavam realizar várias tarefas que exigiam movimentação constante. As roupas pensadas para mulheres da classe alta eram limitadoras dos movimentos, centradas em silhuetas justas na cintura e nos braços, anquinhas grandes que davam muito volume além de serem confeccionadas em tecidos muito caros e compostas por diversos acessórios e adereços. A partir da segunda metade do século XIX, as lingerie femininas dão formas características à roupa da moda, nada práticas para atividades do dia-a-dia.

No final do século XIX, segundo Crane (2006), o vestuário assume duas funções antagônicas: ele era capaz de confundir o status social, oferecendo possibilidades de aparentar ser outra coisa diferente do que se era de verdade, ao mesmo tempo que afirmava o status e reforçava a afiliação a grupos sociais específicos. A roupa tinha um importante papel no controle social, foi nesse século que uniformes e roupas profissionais substituíram vestimentas tradicionais nos locais de trabalho.

A utilização de uniformes de trabalho acabou aproximando a classe média da alta enquanto fortaleceu a diferenciação entre estas e a classe operária. Tais uniformes respondiam ao objetivo de apresentar a hierarquização nos locais de trabalho. Além disso, uniformes com estilos do século anterior garantiam que os empregados se apresentassem fora da moda da época. De acordo com Crane (2006), as roupas transmitiam informações sobre o papel e a posição social de quem as vestiam, ilustrando a doutrina das esferas separadas, a moda favorecia o papel submisso e passivo que deveria ser desempenhado pelas mulheres.

Nesse contexto, surge um estilo de vestir alternativo, que incorporava elementos do vestuário masculino em conjunto com as peças femininas. Era usado principalmente por mulheres consideradas marginais, ou seja, aquelas que trabalhavam fora de casa (CRANE, 2006). Gravatas e chapéus eram combinados com cinturas marcadas e fitas nos cabelos. Mulheres ainda não usavam calças. Paletós também foram utilizados como símbolo da mulher emancipada, porém, a partir da década de 1920 passou a ser relacionado com o lesbianismo.

Ainda no século XIX existiu um movimento estabelecido pelas reformadoras do vestuário que pretendiam tornar o modo de vestir feminino prático, saudável e confortável. Elas lutavam, principalmente, pela adoção de calças na vestimenta feminina. Surge em 1850, nos Estados Unidos, o traje *bloomer*, criado com o propósito de garantir conforto e praticidade e sem a intenção de se tornar moda. Ainda assim, foi amplamente divulgado, gerando um grande burburinho e atraindo respostas agressivas da sociedade, fazendo com que seu uso público fosse abandonado e reservado para a esfera privada (CRANE, 2006). De acordo com Ribeiro (1988, *apud* Crane, 2006, p. 233):

A partir do início do século XIX, a calça feminina foi proibida por lei na França. [...] Essa legislação restritiva foi uma reação ao comportamento das feministas francesas, que haviam usado calças como parte de seus trajes de montaria durante a Revolução. Seu vestuário e visão política eram considerados inaceitáveis pelos homens que exerciam o poder. Os líderes da Revolução Francesa consideravam as roupas ‘uma declaração de liberdade e expressão da individualidade’, mas não para as mulheres.

As universidades voltadas para o público feminino e a prática de esportes nesses espaços gerou uma grande mudança na vestimenta da mulher do século XIX. A possibilidade de praticar esportes num espaço exclusivo para essas mulheres permitia a adoção de roupas mais libertadoras bem como de comportamentos não aceitos em outros espaços, como a prática de esportes considerados masculinos. A bicicleta teve um efeito emancipador no vestuário esportivo feminino.

Contudo, é importante destacar que essas atividades eram inacessíveis para mulheres da classe operária. Ainda assim, isso não as impedia de violar normas vitorianas de vestuário nos seus locais de trabalho, ou seja, espaços públicos invisíveis para a classe média, como minas de carvão. Por trabalhar em lugares isolados, conseguiam usar itens do vestuário masculino sem sofrer o julgamento das classes dominantes. Essa liberdade do modo de vestir torna-se um argumento quando homens veem sua posição no mercado de trabalho ameaçada pelas mulheres:

O traje dessas mulheres atraiu a atenção da imprensa, por sua conexão com a tentativa dos homens de proibir o emprego de mulheres para salvaguardar os seus próprios. Em 1842, um relatório governamental sensacionalista, que instruía a respeito do trabalho dessas mulheres, das condições em que era realizado e das características de suas roupas, levou à proibição do trabalho feminino no interior das minas, mas não em sua superfície. Em 1865 e 1887 foram feitas tentativas sem sucesso, incitadas por mineiros, de proibi-las na entrada das minas (CRANE, 2006, p. 247).

Essa proibição não foi eficaz, na França mulheres da classe operária usavam calças e realizavam trabalhos considerados masculinos por lei de forma invisível. Mulheres que realizavam funções muito visíveis usavam as versões femininas dos uniformes masculinos. A Primeira Guerra Mundial fez com que outros espaços públicos isentassem as mulheres das normas de vestuário, pois elas entraram para as Forças Armadas ou assumiram trabalhos masculinos enquanto os homens iam para os campos de batalha (CRANE, 2006).

Após a Primeira Guerra Mundial, nas capitais dos Estados Unidos, França e Inglaterra, surge um novo estilo alternativo relacionado à subcultura lésbica que, ao invés de incorporar poucos itens do vestuário masculino, se aproximava mais da prática de usar peças produzidas para o sexo oposto, como explica Crane (2006). Contudo, nesse período, o efeito contestador desse estilo deixa de ser tão forte, pois é incorporado pela moda da época que traz o estilo feminino de mulher independente e infantil com aparência de garoto, mesclando características femininas (desamparo e feminilidade) com masculinas (assertividade e qualidade atlética) (CRANE, 2006).

A aceitação da calça só veio no século XX, primeiro em espaços públicos isolados (lazer ou local de trabalho da mulher operária) e por mulheres da boemia urbana. Chanel traz a calça como parte do vestuário da classe média e alta, mas sem muito sucesso. Começa, então, a masculinização do corpo feminino, ao invés da adoção do vestuário masculino (moda *la garçonne*) (CRANE, 2006). A Segunda Guerra Mundial e a consequente escassez de roupas novas, fortaleceu a aceitação do uso das calças pelas mulheres, mas é na década de 1950 que elas serão definitivamente consolidadas como parte do guarda-roupa feminino urbano.

Outro efeito da Segunda Guerra para a indústria da moda foi a diminuição da influência francesa nas produções de outros países. Isso permitiu que novos estilistas lançassem modelos que não mais seguiam o padrão de imposição de formas ao corpo feminino, mas davam oportunidade de participação da pessoa que vestisse a roupa, que poderia decidir de que forma usar as peças e adereços. Além disso, a moda não se centrava mais em um único estilo dominante previsto pela alta costura, mas numa variedade de estilos advindos de grupos sociais distintos. O fortalecimento da mídia eletrônica dá visibilidade à moda de rua e subgrupos

começam a se tornar referência de estilo (CRANE, 2006). A autora divide a moda do século XIX como moda de “classe” substituída no século XX pela moda de “consumo” explicando que:

A moda “de classe” necessitava de um sistema centralizado de criação e produção com alto nível de consenso entre os criadores. Um pequeno número deles definia um estilo específico, que evoluía de forma consistente de um ano para o outro. [...] Na moda “de consumo”, que substituiu a de classe, há muito mais diversidade estilística e muito menos consenso sobre o que está “em voga” em determinada época. Em vez de se orientar para o gosto das elites, a moda de consumo incorpora gostos e interesses de grupos sociais de todos os níveis.” (CRANE, 2006, p. 272-273).

Com o tempo, apenas a classe alta continua comprando roupas feitas sob medida, enquanto as classes média e baixa passam a optar por lojas que ofereciam modelos prontos para vestir. Tais lojas ofereciam diversos modelos, dentre os quais cada pessoa podia escolher o que mais se identificava. No Brasil, a preocupação em se formar uma indústria têxtil de referência começa a aparecer no final da década de 1950, marcada pela “primeira Feira Industrial das Indústrias Têxteis (Fenit), organizada em São Paulo em 1958; o uso dos fios sintéticos; bem como a segmentação do mercado de consumo entre a moda de luxo e o prêt-à-porter” (SIMILI; PELEGRINI, 2013, p. 202).

Segundo as autoras, esse período é marcado, no Brasil, pela valorização da juventude, representada tanto nas políticas quanto no consumo da época. Dessa forma, entra em foco um nicho da moda voltada para os jovens, diferenciando o modo de vestir dos pais e dos filhos. Para as meninas, isso significa “[...] ter roupas próprias, o que lhes possibilitava romper com a relação histórica de usar vestimentas semelhantes às utilizadas pelas mães” (SIMILI; PELEGRINI, 2013, p. 203).

#### **4 Considerações finais**

A partir dos levantamentos apontados, compreende-se que a personalidade é composta por diferentes aspectos que se relacionam, sendo eles biológicos e sociais. Dessa forma, o modo como a sociedade se organiza influencia a constituição de personalidades adequadas ao contexto. Isso se torna um modo de exploração do capitalismo, que constrói uma ideologia opressora e a impõe aos indivíduos por meio de uma naturalização de seus ideais.

Tem-se, então, o gênero como um dos instrumentos da sociedade capitalista, usando características biológicas, que em nada influenciam no psiquismo, para justificar a diferenciação dos seres em homens e mulheres e assim determinar funções, modos de ser e, principalmente, os valores atribuídos a cada um deles. Portanto, se a personalidade se constitui a partir da realidade concreta na forma da atividade e o gênero impõe o tipo de atividade que se pode realizar de acordo com o seu corpo biológico, essa constituição será limitada. A existência desse sistema cerceia as possibilidades de desenvolvimento, impedindo que o ser humano se afaste da alienação.

No sistema sexo/gênero, a moda funciona como aparato de diferenciação e também de socialização e naturalização de costumes. Desde o nascimento bebês recebem vestimentas adequadas para suas funções sociais como representantes de determinado gênero. Meninos recebem roupas confortáveis enquanto meninas vestem vestidos delicados. Da mesma forma, homens adultos continuam contando com o conforto e a praticidade em seu modo de vestir, enquanto mulheres adotam peças que exigem ainda mais cuidado que o vestido, como os sapatos de salto, os muitos acessórios, entre outros. Impor essas formas de vestir representa que as atividades propostas para mulheres e homens são diferentes assim como o modo de cada um se apresentar e se comportar.

Sendo assim, por mais que a moda não seja mais tão restritiva quanto no século XIX, ela só será democrática quando a sociedade alcançar a superação do gênero de forma que as pessoas se diferenciem apenas por suas características individuais, livres de padrões normativos, ocupando papéis não hierarquizados e possuindo todas as possibilidades de desenvolvimento da personalidade.

#### REFERÊNCIAS:

ASBAHR, F. S. F. **“Por que aprender isso professora?”** Sentido pessoal e atividade de estudo na Psicologia Histórico-Cultural. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CORBELO, L. G. **Vivência e gênero a partir da psicologia histórico-cultural:** primeiras aproximações. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

CRANE, D. **A moda e seu papel social:** classe, gênero e identidade das roupas. São Paulo: Senc, 2006.

IZQUIERDO, M. J. La construcción social de género. In: DÍAZ, C.; DEMA, S. **Sociología y género.** Madrid: Editorial Tecnos, 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/325602989\\_La\\_construccion\\_social\\_de\\_genero](https://www.researchgate.net/publication/325602989_La_construccion_social_de_genero)

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo.** Lisboa: Livros Horizonte, 1978a.

LEONTIEV, A. N. **Actividad, conciencia y personalidad**. Buenos Aires: Ediciones Ciencias del Hombre, 1978b.

LESSA, S. **Abaixo a família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LINKE, P. P., O vestuário e a cultura dos objetos. In: SIMILI, I. G.; VASQUES, R. S. (org.), **Indumentária e moda: caminhos investigativos**. Maringá: Eduem. 2013.

MARTINS, L. M. **A formação social da personalidade do professor: um enfoque vigotskiano**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

PASQUALINI, J.; MARTINS, L. M. Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. **Psicologia & Sociedade**, Rio Grande do Sul, 2015, v. 27 n. 2, p. 362-371.

SIMILI, I. G.; PELEGRINI, S. C. A. Maria Thereza Goulart e a idealização do glamour feminino na década de 1960. In: SIMILI, I. G.; VASQUES, R. S. (org.), **Indumentária e moda: caminhos investigativos**. Maringá: Eduem. 2013.

SIMIONATO, M. A. V. **Deficiência e Personalidade: o que pode revelar uma biografia - contribuições da Psicologia Histórico-Cultural**. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

SOUZA, T. M. S. **Emoções e capital: as mulheres no novo padrão de acumulação capitalista**. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, São Paulo, 2006.

---

<sup>i</sup> Graduada em Design de Moda pela Universidade Anhembi Morumbi - UAM. Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá - UEM. Email: [lorenagdleal@gmail.com](mailto:lorenagdleal@gmail.com)

<sup>ii</sup> Pós-Doutora pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Araraquara). É professora do Departamento de Psicologia e Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá - UEM. E-mail: [adriffranco@hotmail.com](mailto:adriffranco@hotmail.com)

<sup>iii</sup> O termo identidade foi utilizado respeitando a obra da autora, contudo não é adotado pela Psicologia Histórico-Cultural.